UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MUSEOLOGIA

MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA

PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES:
preservação e luta pela memória

RECIFE-PE
2021

MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA

PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES:
preservação e luta pela memória

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Museologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Profº Dr Daniel de Souza Leão Vieira.

Recife-PE
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Costa, Marcos Antonio Tavares da.
PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES: preservação e luta pela memória / Marcos Antonio Tavares da Costa. - Recife, 2021.
48 : il.

Orientador(a): Daniel de Souza Leão Vieira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2021.

1. Brasil Holandês. 2. Patrimônio de Pernambuco. 3. Musealização. 4. Batalhas dos Guararapes. I. Vieira, Daniel de Souza Leão. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

MARCOS ANTONIO TAVARES DA COSTA

PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DOS GUARARAPES:
preservação e luta pela memória

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Museologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovada em: 03/09/2021

BANCA EXAMINADORA

_____
Profº Dr. Daniel de Souza Leão Vieira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº Dr. Francisco Sá B. dos Santos (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profº Dr. Bruno Romero F. Miranda (Examinador externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha esposa, Angelita, e ao meu filho, Pietro, grandes incentivadores e colaboradores desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar esse Trabalho de Conclusão no Curso de Museologia, gostaria de agradeçer a algumas pessoas e instituições que tornaram possível esse momento.

Inicialmente agradeço ao meu Deus por ter dado saúde a mim, bem como à minha família, aos meus colegas e professores durante o período do curso. Sem Deus na mente e no coração, não somos nada.

Agradeço a minha família, minha esposa Angelita e meu filho Pietro, pela paciência e ajuda nesses últimos anos. Vocês fazem parte de tudo isso. Amo vocês.

Agradeço a minha mãe e meu pai (*in memoriam*) pela educação e amor dirigidos na minha criação.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor Daniel Vieira, pelas oportunas e acertadas orientações para esse trabalho. Mesmo após ter concluído, anteriormente, três graduações universitárias, absorvi, graças a sua experiência, ainda mais conhecimentos sobre o tema e sobre o desenvolvimento desse tipo de trabalho. Muito obrigado.

Agradeço aos Professores Doutores Francisco Barreto, Hugo Menezes e Emanuela Ribeiro pelas orientações durante a disciplina de TCC I e II. Estendo os agradecimentos aos professores Camila Santos, Bruno Araújo, Antonio Motta, todos da UFPE, e Bruno Miranda, da UFRPE.

Agradeço ao Professor Doutor Marcos Albuquerque, grande arqueólogo brasileiro, pelas orientações que foram me passadas e a gentileza na entrega de materiais de seus estudos sobre o Parque Nacional Histórico dos Guararapes .

Agradeço aos colegas Edileuza, Cristiane, Francisca e Pastor pela amizade ao longo do curso. Boa sorte e sucesso para vocês.

Agradeço ao Coronel Mello pelas informações acerca dos trabalhos realizados pelo Exército Brasileiro para a preservação do Parque Histórico.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco pela oportunidade em cursar Museologia. Ressalto que mesmo após as dificuldades enfrentas pela pandemia do COVID-19 e a falta de recursos em nossa Educação, a qualidade na formação continuou excelente.

RESUMO

O Parque Histórico Nacional dos Guararapes é um espaço aberto encravado no bairro dos Prazeres, município de Jaboatão dos Guararapes, o segundo maior do Estado de Pernambuco. Esse local tem uma importância histórica por ter sido palco, em 1648 e 1649, de duas grandes batalhas entre as tropas de lusobrasileiras, compostas por brancos, negros e índios, contra um contingente superior em número da Companhia das Índias Ocidentais, organização comercial-militar das Províncias Unidas, Países Baixos Unidos ou Neerlândia, que desde 1630 ocupava grande parte do litoral saliente nordestino, com a intenção de controlar a produção e comércio da cana-de-açúcar. Ao longo dos tempos, o Parque se manteve como um lugar de memória desse evento e do imaginário, criado pela historiografia tradicional influenciada por Varnhagen, de berço da nacionalidade brasileira, pois entende-se que as três principais etnias brasileiras lutaram contra o invasor em prol de sua Pátria. Ainda que essa importância esteja devidamente consolidada, o local tem sofrido ao longo dos últimos 80 anos muitas alterações de seus limites, e mesmo após o seu tombamento, não há garantia que esse patrimônio seja preservado pelas instituições responsáveis e nem pelo povo, que ainda não se sente parte de sua história e do que ele representa. Esse trabalho tem por objetivo geral compreender por que esse patrimônio não tem garantida a sua preservação, mesmo diante de sua importância histórica e os esforços de órgãos públicos.

Palavras-chave: Brasil Holandês; Patrimônio de Pernambuco; Musealização; Batalhas dos Guararapes.

ABSTRACT

The Guararapes National Historic Park is an open space located in the Prazeres neighborhood, in the municipality of Jaboatão dos Guararapes, the second largest in the State of Pernambuco. This place has a historical importance for having been the stage, in 1648 and 1649, of two great battles between the Portuguese-Brazilian troops, composed of whites, blacks and Indians, against a contingent superior in number of the Indias Occidentais Company, a commercial-military organization of the United Provinces, the United Netherlands or Neerlândia, which since 1630 occupied a large part of the northeastern salient coast, with the intention of controlling the production and trade of sugar cane. Over time, the Park has remained a place of memory of this event and of the imaginary, created by the traditional historiography influenced by Varnhagen, the birthplace of Brazilian nationality, as it is understood that the three main Brazilian ethnicities fought against the invader in favor of of your homeland. Even though this importance is duly consolidated, the site has undergone many changes in its limits over the last 80 years, and even after it was listed, there is no guarantee that this heritage will be preserved by the responsible institutions or by the people, who have not yet feels part of its history and what it represents. This work has the general objective to understand why this heritage is not guaranteed its preservation, even in the face of its historical importance and the efforts of public agencies.

Keywords: Dutch Brazil; Pernambuco Heritage; Musealization; Battles of the Guararapes.

LISTA DE SIGLAS

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

IBGE–Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

LBA – Legião Brasileira de Assistência

PHNG – Parque Histórico Nacional dos Guararapes

RMR– Região Metropolitana do Recife

RM – Região Militar

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SPU – Superintendência do Patrimônio da União

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

1 - Figura 1 – Maurício de Nassau.
2 - Figura 2 - Sítio arqueológico das antigas muralhas do Arraial Novo do Bom Jesus.
3 -Figura 3 – Igreja de Nossa Senhora do Prazeres.
4 - Figura 4 – Esqueleto de soldado luso-brasileiro.
5 - Figura 5 – Foto aérea com as delimitações do Parque.
6 – Figura 6 – Um dos lixões encontrados no interior do PHNG.
7 – Figura 7 – Carro roubado e trânsito de veículos pesados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 A Batalha dos Guararapes: o testemunho dos Montes 17

1.1 O inimigo que veio de longe 17

1.2 Guararapes além dos montes 21

1.3 O Brasil Holandês: as diferentes visões da historiografia 25

2 A constituição do patrimônio: pilares fortes ou não 32

2.1 A Igreja, o povo e o campo de Batalha 32

2.2 O Estado e a patrimonialização 35

2.3 Eu vivo aqui: os moradores do Parque 41

CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

REFERÊNCIAS 45

INTRODUÇÃO

Nasci no Recife no início dos anos 1970. Após alguns anos longe da cidade, tendo morado em outros estados, voltei a essa Terra já adolescente e com muito interesse por museus e locais históricos, costume firmado pelas idas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, sempre levado pelos meus pais.

Naquela época, eu não sabia da existência dos Montes Guararapes, morava muito distante daquele local e não havia a devida divulgação da história que envolvia aqueles relevos. Já adulto, com uma graduação em História, mas, novamente residindo em outros Estados, é que tomei conhecimento do que representava os Montes Guararapes para o País, mesmo que poucos ainda tivessem a verdadeira dimensão dessa importância.

Ainda assim, somente em 2013 fui conhecer aquela região e então verificar como foi desenvolvida a batalha que colocou em lados opostos luso-brasileiros brancos, negros e índios conhecedores do ambiente traiçoeiro, cheio de alagados, encostas íngremes e depressões, e invasores europeus vindos da Holanda (também conhecida por Províncias Unidas, Países Baixos Unidos ou Neerlândia) que também lutavam por aquela terra, e por continuarem a extrair lucros da cana-de-açúcar para seus senhores. Mais tarde, compreendi que meu conhecimento era baseado por um imaginário da restauração pernambucana que era fruto de uma literatura nativista e tradicional. No local, entendi o por quê das preocupações relacionadas a sua preservação, já que problemas urbanos como a pressão imobiliária e a deficiente mobilidade em transportes eram grandes ameaças a esse patrimônio.

Cinco anos depois, já cursando Museologia na Universidade Federal de Pernambuco, decidi, desde o primeiro momento, pesquisar a patrimonialização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes por entender que era necessário mais trabalhos sobre esse assunto, e para compreender, particularmente, como um local com tanta história e importância para a construção de nossa identidade ainda não estava com a preservação segura, a ponto de sofrer, a cada dia, constantes agressões ao seu território. Então, decidi trabalhar sobre essa questão: quais os motivos que impedem a consolidação do Parque como um patrimônio cultural, e que com isso provoca uma constante luta entre movimentos de preservação e ações que ferem sua inviolabilidade como monumento tombado?

Nesse período, ou seja, desde 2018 quando iniciei a pesquisa, assisti a três iniciativas institucionais, das três esferas do poder, municipal, estadual e federal, que prometiam a revitalização daquele espaço, pois sabiam de suas responsabilidades e da necessidade urgente de medidas para evitar a perda do único campo de batalhas preservado da América do Sul.

Dessas três iniciativas, duas delas já fracassaram. Ao longo dos anos anteriores, outras tantas também não tiveram sucesso.

O Parque é um exemplo do que Pierre Nora chamou de Lugar de Memória, conceito que indica que um determinado espaço ou objeto evoca a uma história, um símbolo, memórias que dão origem a rituais e sentimentos que unem indivíduos, grupos e formam tradições. O Parque simboliza um local onde instituições apontam o espaço de criação de uma nacionalidade, baseada em visões nacionalistas e seguidoras de uma narrativa existente desde a criação do IHGB e da ideias de Von Martius e, novamente, Varnhagen.

Orientado por esse pensamento é que irei conduzir esse trabalho, por acreditar que o Parque, desde seus três montes, com trilhas, mata rala e a visão do mar que compõem o cenário, é mais do que um terreno no meio de uma grande área urbana e edificada. E nesse contexto, a minha hipótese é que o processo de patrimonialização do PHNG e do discurso de nascimento da Pátria Brasileira foi essencialmente do poder público, instituições culturais e de intelectuais, deixando a comunidade que vive no interior do monumento, nas redondezas e no município, distantes desse movimento, o que não possibilitou o nascimento de um sentimento de pertencimento em relação a esse patrimônio.

A metodologia que empreguei nesse trabalho, envolve uma pesquisa bibliográfica com autores que trataram sobre o tema do ponto da vista da historiografia tradicional, que vê o Parque Histórico como um local exato que testemunhou o nascimento de uma identidade brasileira, onde um sentimento de Pátria, com valores mais nobres, como a união, a coragem, a abnegação e o sacrifício estiverem presentes em todo o processo de resistência ao invasor holandês e que foram completamente extravasados naquele dia 19 de abril de 1648.

O sentimento de Pátria, em nosso país, é um processo consolidado que teve início a partir de 1822, com a independência em relação à Portugal. No entanto, não foi a partir do emblemático grito de Pedro I à margem do Rio Ipiranga que o país independente nasceu, pois segundo a literatura tradicional, esse sentimento floresceu em terras pernambucanas, com sangue e com dor de gente simples, de pés no chão, alimentados com farinha e munidos de muita vontade de defender o povo e o seu chão.

Em contrapartida, confronto uma literatura mais atual, do século XX, com pensamento de Cabral de Mello, José do Reis e Celso Castro, que apontam Guararapes e seu discurso de célular-mãe da criação da Pátria e do Exército (no caso de Castro), como uma narrativa de cunho nacionalista, com o enaltecimento de uma união entre povos formadores do país desprovido de fatos concretos, mas comprometida com feitos e glórias históricas, que indicam a necessidade de criar heróis e conquistas insuperáveis. Livros, artigos, teses e

dissertações foram utilizadas como fontes importantes para a elaboração desse trabalho.

A pesquisa também será documental, com o uso de trabalhos arqueológicos, da equipe do Professor Marcos Albuquerque, e de gestão de patrimônio, do IPHAN e do Exército, que colocaram maior credibilidade a nossa questão de pesquisa, que trata do por quê do Parque ainda não ter tido sua consolidação como um patrimônio cultural, principalmente para a população. Além disso, pesquisei em jornais que documentaram diversas situações sobre o local e projetos para novas tentativas de revitalização e preservação de seus limites e busca em alternativas para a sua gestão.

Era minha intenção, também, realizar uma pesquisa de campo etnográfica, com entrevistas com a população que mora dentro do Parque, para compreender qual a visão daqueles que estão sobre aquele espaço histórico. Infelizmente, a pandemia do Coronavírus que ainda assola o mundo não me possibilitou que prosseguisse nesse objetivo, o que lamento. Mas fica como um próximo passo, meu ou daqueles que também são interessados pela temática.

Além do conceito de Lugar de Memória de Nora, irei me nortear com a teoria de Memória Coletiva de Halbwachs (2006), que aponta que as memórias compartilhadas por grupos e até pela nação são transmitidas geração por geração, fortalecendo o sentimento do conjunto e se tornando parte de seu patrimônio.

Scheiner (2006), por sua vez, afirma que o Museu e o patrimônio estão vinculados à percepção da identidade, ainda que na prática essa mesma percepção não assuma um caráter permanente, pois faz parte de um processo em constante reordenação. O poder que o patrimônio exerce é caracterizado pela construção do imaginário, que é identificado em nosso tema pelo esforço do Estado e de acadêmicos em preservar o Parque, a partir de seu apelo do testemunho das duas batalhas dos Guararapes.

Burlon (2012) aponta que será na própria comunidade que o espaço irá se manifestar, que assim, desta forma, podemos presenciar a preservação da memória, dos valores e das experiências de forma integral e democrática.

Choay (2006) e Meneses (2009) serão importantes para compreender a importância do patrimônio para a formação de uma identidade, considerando a aceleração da história desde os últimos trinta anos, bem como as diversas formas que o conceito de patrimônio atingiu em uma sociedade em busca de uma identificação com sua história e com a sua cultura.

O trabalho foi elaborado em dois capítulos. O primeiro é dividido em três subcapítulos, onde primeiro temos uma visão do Brasil Holandês estabelecido no saliente nordestino de 1630 a 1654, onde tratei das três fases vividas entre os lusobrasileiros e

holandeses. No 2º subcapítulo abordarei a importância das batalhas ocorrida nos Montes Guararapes, sobre os seus principais personagens e sobre como um acontecimento foi elevado a condição de criador da nossa nacionalidade, dentro da perspectiva Varngeniana que orientou boa parte de publicações posteriores de cunho tradicional, onde a vitória militar e a união entre povos contra o invasor criou o mito de formação da nacionalidade.

Por fim, ainda no primeiro capítulo, irei realizar um debate historiográfico entre os principais representantes das visões tradicionais do Brasil Holandês e da restauração pernambucana, e em contraponto, apresentarei os autores que discordam dessa visão, apontando novos caminhos, dentro da nova história surgido em meados do século XX.

Nesse capítulo irei me valer dos trabalhos de Bento (2004), Daróz (2014), Varnhagen (1850), Celso Castro (2000), Mello (2006), Reis (2001) e Miranda (2011).

No segundo capítulo irei tratar do início da patrimonialização do PHNG, com início da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, o início da ocupação dos seus relevos pela população e as intervenções do poder público para o seu efetivo tombamento. Ao mesmo tempo que essa patrimonialização teve seu início, uma nova literatura que questiona a formação da nacionalidade e vê o período de domínio dos países baixos e insurreição pernambucana como visões distorcidas por um imaginário baseado na restauração seiscentista.

O entendimento da troca do valor simbólico do patrimônio por seu valor de uso, como Françoise Choay afirma na obra “Alegoria do patrimônio”, nos proporcionará compreender porque as instituições que promoveram a patrimonizalização do PHNG ainda tem a visão de que esse espaço pode ser alçado a um patrimônio sustentável economicamente, apenas se sustentando em sua importância histórica e na aceitação do mito da nacionalidade.

A população que vive no interior do Parque também é foco nesse capítulo, onde irei abordar suas principais características e uma das razões da não efetivação da sua preservação, partindo da premissa da necessidade de pertencimento por parte daqueles que vivem em sua área direta ou indireta, como prega Scheiner (2006), em relação à vinculação do Museu e o patrimônio à percepção da identidade, ainda que na prática essa mesma percepção não assumam caráter permanente, pois faz parte de um processo em constante reordenação. A autora ainda afirma que o poder que o patrimônio exerce é caracterizado pela construção do imaginário, que é identificado em nosso tema pelo esforço do Estado e de acadêmicos em preservar o Parque a partir de seu apelo do testemunho das duas batalhas dos Guararapes.

Brulon (2012) aponta que será na própria comunidade que o espaço irá se manifestar, que desta forma podemos presenciar a preservação da memória, dos valores e das experiências

de forma integral e democrática.

Isto posto, este trabalho pretende contribuir com a discussão sobre a preservação efetiva do PHNG, que precisa ser colocada em ação antes que todo esse patrimônio seja perdido diante dos problemas urbanos existentes e da falta de prioridades dos poderes públicos.

1 A BATALHA DOS GUARARAPES: O TESTEMUNHO DOS MONTES

1. 1 O INIMIGO QUE VEIO DE LONGE

Quando as primeiras embarcações com a bandeira das Províncias Unidas[1] foram vistas das posições mais elevadas de Olinda, então capital de Pernambuco, essa que era uma das províncias mais importantes economicamente da Colônia Brasileira, começava ali um período de dominação que duraria mais de 20 anos, de 1630 à 1654, em um território que se estendeu do que hoje é o Estado de Sergipe até a parte mais ao sul do Maranhão, englobando, também, parte de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Era uma extensa área, mas que estavam restritas ao litoral, limitada a 20 km, em sua menor largura, a 70km na sua maior porção (VIEIRA, 2012). As Províncias Unidas já havia tentado se apoderar de parte da colônia portuguesa na América, entre 1624 e 1625, ao fustigar a Bahia, mas não obtiveram sucesso nas investidas militares e recuaram diante de prejuízos em meios e homens.

O interesse por terras distantes mais de 8.000 Km e com clima, relevo e população tão diferentes do que os europeus estavam acostumados, tem ligação com a riqueza proporcionada pelo comércio do açúcar e pelo grande poderio naval que a Holanda exercia desde o século XVI, o que expandiu suas ações comerciais e crescimento econômico. Os neerlandêses, como eram chamados os nascidos naquela Confederação (ou federação, segundo ISRAEL (1995)), desenvolveram ainda mais sua capacidade comercial ao fundarem a Companhia das Índias Orientais (VOC) e a Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Ambas eram entidades privadas autorizadas a explorar economicamente possessões holandesas e repassar parte dos lucros para o Estado. A VOC foi criada em 1609 para atuar na região conhecida hoje por Indonésia, e a WIC, criada em 1621, para explorar as colônias do Brasil, Caribe e América do Norte, tanto em relação ao comércio quanto ao tráfico de escravos.

Na época da invasão, Portugal e Espanha formavam a União Ibérica, sob domínio dos espanhóis. Essa situação significava que as possessões portuguesas estavam sob controle do Rei Felipe II. Além disso, os neerlandêses lutavam por sua emancipação do domínio dos espanhóis e foram prejudicados quando o monarca espanhol proibiu o comércio ibérico com eles, o que motivou a constituição da VOC e depois da WIC para explorar o açúcar, um dos

[1]Conhecida, também, por República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, uma confederação que contava com a Frísia, Groninga, Gueldres, Holanda, Overissel, Utreque e Zelândia. Também era conhecida como Estados Gerais ou República Holandesa, e existiu entre 1581 e 1795. Hoje é parte do que conhecemos como Países Baixos ou Holanda.

produtos mais rentáveis naquele momento.

Com o sucesso da VOC na Ásia, a WIC dirigiu suas intenções em relação ao Brasil, que era um dos grandes produtores desse artigo, e empreendeu uma campanha militar para se apoderar da maior região produtora.

O fracasso em Salvador cinco anos antes não se repetiu em 1630, e em 15 de fevereiro os neerlandeses, com uma tropa de mercenários composta por 3.500 soldados embarcadas em 56 navios atacou Recife (VARNHAGEN, 1850), dando início à invasão e ao domínio que duraria 24 anos.

O inimigo que veio de tão longe para combater e conquistar o açúcar brasileiro tinha um perfil heterogêneo e muito diferente daqueles que aqui habitavam, e logo essas características iriam se mostrar um dos principais problemas para a consolidação de uma conquista tão importante para a WIC e para as Províncias Unidas.

Foram enviados cerca de 26 mil soldados para o Brasil durante o período de ocupação, na grande maioria de jovens, sem experiência militar, protestantes e com algum estudo. Apenas 36% eram das Províncias Unidas, e a WIC recrutava de diversas outras partes da Europa, como as regiões onde hoje temos a Alemanha, a Inglaterra, a Espanha e a França (MIRANDA, 2011).

Foi apontado que muitos desses jovens fugiam das guerras e da fome, e eram facilmente recrutados por aliciadores que lhes emprestavam dinheiro e mordomias e depois os obrigavam a se inscreverem na WIC. Mas havia também aqueles que queriam apenas uma aventura em um local distante. A grande maioria eram de homens solteiros, mas há evidências que casados também foram recrutados e deixavam suas famílias na Europa. Boa parte dos oficiais já possuíam experiência militar e muitos faziam parte da nobreza (MIRANDA, 2011).

De 1630 a 1645 a resistência aos homens da WIC configurou a chamada guerra de guerrilha, a “guerra brasílica” (BENTO, 2004. p 152) com amplo emprego de emboscadas e uso do conhecimento do terreno que suplantavam a superioridade em homens e armamentos dos holandeses. Os luso-brasileiros de Matias de Albuquerque, então governador de Pernambuco, receberam reforços de outros grupos que também se juntaram às iniciativas de resistência, entre eles dos indígenas convertidos ao catolicismo, liderados pelo poti Felipe Camarão (DARÓZ, 2014).

As ações dos luso-brasileiros eram baseadas no conhecimento do terreno, com muita violência quando nos combates de encontro com os invasores. Os neerlandeses também empregavam a crueldade nos combates, mas também procuravam fazer prisioneiros para obter

informações sobre a localização das bases da resistência, que também eram coletadas por meio dos desertores luso-brasileiros. As deserções também eram um problema para as tropas da WIC, mesmo que os desertores tivessem que se refugiar em um território tão inóspito e longe de suas casas. Mas para eles, aquilo era melhor do que estar em combate ou sob as ordens da Companhia (MIRANDA, 2011).

Ao longo dos anos de ocupação do Brasil, a WIC se mostrou incapaz de prover suas tropas com o básico de alimentação, saúde, segurança e alojamentos (MIRANDA, 2011). A conquista pareceu muito mais simples do que a manutenção daquele grande território já sob seu poder. A violência da resistência causava desânimo na tropa e impedia a obtenção de água e alimentos que estavam disponíveis no ambiente, fazendo com que racionamentos fossem comuns no dia a dia dos neerlandeses.

As atitudes de descaso com seus militares aumentavam ainda mais a insatisfação com a WIC. A Companhia cobrava pelo consumo de alguns alimentos, roupas e até pelo serviço de capelania (MIRANDA, 2011), tudo isso para reduzir seus prejuízos com a expedição. Mortes pelos combates se agravavam com as doenças e uma dieta deficitária, o que se traduzia em perdas entre 10% a 33% do efetivo da Companhia das Índias (MIRANDA, 2011). Antes mesmo das Batalhas em Guararapes, algumas vezes a WIC esteve a ponto de enfrentar motins por parte de seus soldados contra as péssimas condições de vida e de tratamento, mas isso sempre era remediado com a resolução dos problemas pontuais (MIRANDA, 2011).

O duro período de combates iniciados em 1630, com mortes e destruições de parte da estrutura canavieira, foram também de dificuldades para ambos os lados, inclusive com problemas dos neerlandeses em prover seus alimentos e água. Em 1637, teve início um período que se caracterizou como uma frágil trégua nos combates, era o período nassoviano.

Nesse ano, assumiu o governo de Nova Holanda, um nobre neerlandês, Johan Maurits van Nassau-Siegen, conhecido por Maurício de Nassau, que logo imprimiu uma forma de governar que modificou as relações entre os invasores e os moradores das províncias.

Nassau procurou se entender com as lideranças locais e financiar a reconstrução de engenhos, contanto que a produção fosse direcionada para a WIC. Isso atenuou a insatisfação que sempre reinou entre a população, mesmo com a redução das ações da resistência. Ligou-se aos antigos inimigos luso-brasileiros, como Fernandes Viera, que depois seria um dos grandes

líderes de Guararapes, e aliou-se ao Tapuias, um povo indígena inimigo dos portugueses (MELLO, 2006).

Figura 1 – Maurício de Nassau.

Fonte: Museu Casa Maurício de Nassau. Retrato.? Sec XVII

Militarmente, Nassau conseguiu recuperar e ampliar áreas ao sul, com as conquistas dos territórios de Alagoas (nome atual daquela região) e Sergipe, e ao norte, com a anexação do Ceará e Maranhão à Nova Holanda, mas não conseguiu capturar Salvador, o que pode ser considerado uma grande derrota militar. Ele conseguiu ampliar os domínios da WIC à Angola e à Guiné, e tinha planos de invadir Buenos Aires.

Em Recife, construiu um palacete na ponta da Ilha de Antônio Vaz, o Friburgo, que foi destruído algumas décadas depois e onde está hoje o Palácio Campo das Princesas. Incentivou peças de teatro e a música, além da liberdade religiosa que atraiu judeus de outros locais. Essa liberdade ocasionou a fundação da primeira sinagoga das Américas (MELLO, 2006).

A partida de Nassau depois de sete anos de administração foi um dos pontos que deterioram as relações com a população local e que fizeram ressurgir o movimento de restauração, a partir de 1644. Em setembro de 1645, João Fernandes Vieira mandou construir um forte para a resistência, que foi chamado de Arraial Novo do Bom Jesus[2]. E foi a partir dele que as tropas lusobrasileiras voltaram a ampliar os combates contra os invasores e dali partiram

[2]As ruínas do Arraial Novo do Bom Jesus ficam hoje no Bairro de Torrões, em Recife.

os terços que enfrentaram os neerlandeses nos Montes Guararapes (DARÓZ, 2014).

Figura 2 – Vestígios das muralhas do Arraial Novo do Bom Jesus.

Fonte: Guia do Brasil Holandês. Fotografia. 2021.

1.2 GUARARAPES ALÉM DOS MONTES

A literatura tradicional, consagrada por nomes como Varnhagen e Oliveira Lima, apontou quem eram os líderes da chamada Insurreição Pernambucana, e o compromisso firmado para lutar contra o domínio e libertar a região da WIC em prol da Coroa portuguesa. Ainda que a monarquia tenha assinado, em 1640, após a sua restauração, um tratado de paz com as Províncias Unidas que deveria durar dez anos.

As discussões sobre as razões de permanecer em combate contra os holandeses será discutida dentro do próximo subcapítulo, onde irei tratar sobre as visões diversas da historiografia sobre o tema.

Em 16 de maio de 1645, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Viera, Henrique Dias e Felipe Camarão, que estarão na 1ª Batalha dos Guararapes, e outros 14 líderes assinaram o compromisso que dizia:

> Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam (BENTO, 2004. p. 151)

Entre essa data de assinatura e a 1ª Batalha dos Guararapes ocorreram diversas ações de guerrilha para fustigar a tropa neerlandesa. Aconteceram, também, batalhas de maior vulto, com mais efetivos envolvidos, poder de armamentos e consequências maiores para ambos os lados.

Então, em 03 de agosto de 1645 houve a Batalha do Monte das Tabocas (área onde hoje faz parte de Vitória de Santo Antão); em 17 de agosto do ano mesmo houve a Batalha de Casa Forte (o local fica hoje no bairro de mesmo nome em Recife), que foi mais sangrenta que a do Monte das Tabocas, com mais de 600 baixas do invasor, sendo 200 de índios tapuias, que eram seus aliados; a intensificação do cerco ao Recife em 1646 também foi um grande movimento das tropas luso-brasileiras que provocou aumento da fome das tropas invasoras na área de Recife e da Ilha de Antonio Vaz, algo que também atingiu as famílias que viviam na mesma região (BENTO, 2004).

A população como um todo já não aceitava o domínio neerlandês sobre o Nordeste, então muitas pessoas se comprometiam com as ações de combate das tropas da resistência lusobrasileira. Em casos mais agudos, mulheres, velhos e jovens sem experiência militar pegaram em armas, lutaram e venceram os invasores, como aconteceu em Tejucopapo[3], em 24 de abril de 1646.

No início de 1648, Francisco Barreto de Menezes, líder da Insurreição e experiente militar, estava à frente das tropas lusobrasileiras depois de ter fugido da prisão em Recife, onde esteve por nove meses.

Nessa mesma época, um grande reforço de homens vindos da República Unidas chegavam ao Nordeste para apoiar as ações contra o cerco à Recife e iniciar uma ofensiva ao interior. Eram cerca de 6.000 soldados em 41 navios (DARÓZ, 2014).

Com o objetivo de romper esse cerco, foi organizada uma tropa com pouco mais de 6.000 componentes, entre eles índios tapuias, que seguiria pelo litoral de Recife até Cabo de Santo Agostinho, com a finalidade de cortar o suprimento das tropas inimigas que chegavam pelo mar e iniciar um outro movimento em direção à Bahia para um novo ataque. O comandante da tropas neerlandesas era o Tenente-General Von Schoppe, que já vinha tendo alguns sucessos nos embates contra os insurretos.

Seguindo ao anoitecer de 17 de abril de 1648 por trilhas ao sul do Recife, a tropa chegou ao final da tarde da região da Fortaleza de Afogados. Nesse ponto, um efetivo se separou do restante e seguiu em direção ao Arraial Novo do Bom Jesus, a fim de confundir

[3]A região de Tejucopapo fica atualmente no município de Goiana-PE.

onde seria o principal ataque (DARÓZ, 2014).

Na manhã de 18 de abril, Von Schkoppe reiniciou seu movimento em direção à região de Leiteria (onde hoje está o bairro de Boa Viagem). Antes de chegar ao destino daquele dia, encontraram a resistência de 100 homens na região de Barreta (onde hoje é o bairro do Pina), a tropa invasora conseguiu vencer esse combate e degolou pelo menos 40 homens da tropa luso-brasileira. Alguns prisioneiros desse combate informaram aos neerlandeses que havia uma tropa de 200 ou 300 insurretos na região do Engenho dos Guararapes, que ficava à 1 hora de marcha a partir de Leiteria e era passagem obrigatória para chegar à Cabo de Santo Agostinho (BENTO, 2004).

A tropa de Von Schkopp dormiu em Leiteria para descansar e prosseguir no movimento pela manhã de 19 de abril.

Ao receber informações do avanço do inimigo em direção ao Sul e que era falso o possível ataque ao Arraial Novo, Barreto de Menezes se reuniu com outros líderes e decidiu organizar um tropa com todos os focos de resistência disponíveis e seguir para Guararapes, a fim de combater o inimigo neerlandês. A tropa saiu do Arraial Novo às 15h e chegou às 22h na região dos Montes Guararapes onde fez um reconhecimento do terreno e elaborou a tática a ser empregada no manhã seguinte. Eram disponíveis 2.200 homens. Um pequeno efetivo de 20 homens ficou encarregado de vigiar os movimentos dos inimigos em Leiteria (BENTO, 2004).

Na manhã de 19 de abril, com efetivo aproximando de 6.600 homens, os neerlandeses reiniciaram o movimento para o Sul e já na região dos Guararapes, em um ponto conhecido como Boqueirão, que era um grande alagado estreito, parte da tropa de Von Schokopp caiu em uma emboscada por não conhecer bem esse terreno e pela dificuldade de se movimentar devido à indumentária e armamentos pesados (DARÓZ, 2014).

Os maiores combates ocorreram nas regiões mais elevadas dos Montes Guararapes e, apesar de maior número de integrantes, depois de quatro difíceis horas de combate, os neerlandeses não possuiam mais condições de lutar, pois tinham perdido 50% do efetivo, muitos desertores, principalmente entre os índios Tapuias. Dos mais de 6.000 homens, tinham naquele momento apenas 3.200 homens. Os relatórios de combate dos neerlandeses e dos insurretos não são claros e os números variam entre 300 a 900 mortos ou feridos deixados nos Montes Guararapes por parte dos invasores. No lado lusobrasileiro, os mortos são entre 70 e 84, e os feridos entre 350 a 400. Os invasores aproveitaram a noite e retornaram para as posições em Recife (BENTO, 2004).

Muitos oficiais neerlandeses foram mortos, alguns de alta patente, como os coroneis

Van Elst e Hauthyn, e muitos armamentos, munições e materiais foram abandonados na fuga, e foram confiscados pelas tropas lusobrasileiras (DARÓZ, 2014).

A vitória em Guararapes impediu o rompimento do cerco à Recife e ainda possibilitou a reconquista de Olinda pelos insurretos. Além disso, minou a moral e a capacidade ofensiva do inimigo em combates posteriores, inclusive na 2ª Batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649. Fez também com que a WIC repensasse suas intenções de lucros no Nordeste brasileiro, tendo em vista as derrotas militares e prejuízos com envio de tropas (BENTO, 2004). Nessa segunda oportunidade, apesar dos holandeses terem se apresentado no campo de batalhas com um efetivo bem menor do em 1648, 3.510 integrantes, teve um número bem maior de perdas, 957 homens, sendo 93 oficiais (NETSCHER, 1942).

Mais do que serem derrotados novamente, o que significou mais perdas de vidas e de muitos materiais bélicos, as Batalhas de Guararapes fizeram os holandeses sentirem que aqueles acidentes capitais representados pelos montes, seriam intransponíveis se mantidas as mesmas condições. Ainda que fosse primordial conseguir esse acesso ao sul em direção ao Cabo de Santo Agostinho, o preço a pagar era muito alto, mesmo que isso significasse em permanecer isolados em uma pequena região do Recife, sofrendo com a falta de comida e água, tendo apenas o acesso pelo porto.

Além disso, o preço antes valorizado do açúcar, já havia iniciado uma grande queda desde 1642 e que durou até 1644, o que levou ao endividamento dos proprietários dos engenhos, mas também da própria WIC (MELLO, 1997). Além disso, outros locais de produção de açúcar sob domínio holandês adentravam no mercado, em melhores condições. Mas no Brasil, a impossibilidade de reverter a situação militar e uma melhoria nas perspectivas de lucros acabaram tornando a ocupação cada vez mais desvantajosa.

As ações militares foram motivo de orgulho e motivação das tropas lusobrasileiras, que ampliaram suas ações e dificultaram ainda mais a continuidade da ocupação batava.

Em 26 de janeiro de 1654, os neerlandeses, após 24 anos, assinaram uma rendição (MELLO, 1997) no Forte das Cinco Pontas e desistiram do projeto da Nova Holanda.

Em um dos montes Guararapes foi erguida uma capela, que depois daria origem a Igreja Nossa dos Prazeres, em 1676, que guarda hoje os restos mortais de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. Nunca foram encontrados os locais de sepultamento de Henrique Dias e Felipe Camarão, justamente os representantes dos povos mais sacrificados pela colonização portuguesa. Colonização que retornaria nas mesmas características do período anterior ao domínio holandês.

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi tombada em 1938, sendo considerada

monumento nacional em 1948.

As vitórias em Guararapes, dentro do contexto da restauração, continuaram sendo reverenciadas nos séculos seguintes, e formaram no imaginário nacional a ideia de início da formação de um sentimento de unidade nacional e da Pátria brasileira, que merece discussão diante da própria ideia de pátria naquele momento, afinal a pátria referenciada em 1648 era a representada por Portugal, e não pelo Brasil. E nessa questão, a literatura que Varnhagen difundiu e é reverberada por diversos outros autores, acabou criando o mito de Guararapes, onde a nação tem seu momento de criação por meio do sacrifício das etnias que a constituíram.

A patrimonialização dos Montes, apoiado por esse discurso, no entanto, só teve sucesso mais de 300 anos após esses eventos.

1.3 O BRASIL HOLANDÊS: AS DIFERENTES VISÕES DA HISTORIOGRAFIA

O Brasil holandês e as Batalhas dos Guararapes, tema desse trabalho, foram motivos de discussões e interpretações históricas ao longo dos séculos. Movimentos que continuam em ação mesmo após a História ter firmado suas bases científicas e profissionais nos últimos anos. Várias interpretações são sempre bem vindas, pois evitam o imobilismo e refutam a ideia de história total.

Ainda durante o período de dominação holandesa, as iniciativas para se apoderar da narrativa do processo que conduziu a restauração de parte do Nordeste ocupado pela Holanda, tiveram início com os registros de obras como *O Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manuel Calado do Salvador que, sob encomenda e interesse de José Fernandes Vieira, trouxe uma visão heróica do período da resistência ao invasor (MELLO, 1997). Além dessa crônica, Vieira ainda encomendou ao Frei Rafael de Jesus e à Diogo Lopes de Santiago, os textos “Castrioto lusitano” (1679) e “História da Guerra de Pernambuco” (1679), respectivamente (MELLO, 1997), que também adotaram a mesma postura de enaltecimento de Vieira como líder maior na restauração pernambucana. Mesmo movidas por uma motivação particular, esses trabalhos se tornaram referências em suas épocas e, juntamente com outras obras, contribuiram para a formação de um imaginário de bravura, honra e abnegação que perdurou durante o período colonial brasileiro e adentrou o Império, até que outros autores também buscassem nessas fontes a mesma interpretação.

Entre esses autores está Francisco Afonso de Varnhagen.

Varnhagen, em “História Geral do Brasil”, tratou a história do Brasil Holandês sob o

ponto de vista vitorioso da monarquia brasileira e com uma proposta de enaltecimento do homem branco daquele contexto (BOOGAART, 2012). Apesar de brasileiro, tinha raízes portuguesas pelo lado materno e alemãs pelo lado paterno, e teve formação intelectual em instituições portuguesas, além de ter sido militar e combatido em guerras sob a bandeira de Portugal. Então, como diplomata e historiador, sua ligação com a família real brasileira era muito forte a ponto de dedicar a sua principal obra ao Imperador D.Pedro II.

Nos dois tomos de "História Geral do Brasil", Varnhagen descreveu um país e sua história de uma forma que acreditava ser imparcial, movido principalmente por textos infalíveis. Fez isso segundo a ideia de narração de uma verdade histórica, segundo minha visão, baseada em documentos oficiais, mas que claramente apontava a supremacia branca do europeu, principalmente o português, sobre os indígenas e negros, que estão presentes em suas obras. Varnhagen seguiu o que Von Martius idealizou, quando formulou as bases da formação da identidade brasileira e assim firmou a concepção da democracia racial e a união das raças (REIS, 2001). Sobre a 1ª Batalha dos Guararapes, Varnhagen descreve a sequência das ações que culminaram na vitória dos lusobrasileiros, de forma a destacar a bravura desses de maneira heróica e sem máculas, claramente inspirado pelos trabalhos anteriores. Esse obra influenciou outros autores e discursos ao longo dos anos e que, mesmo após novas percepções da História, ainda chegam até os dias atuais.

Varnhagen não queria a quebra da ligação do Brasil com Portugal, não poderia haver ruptura com esse passado heróico, que foi construído pelos grandes nomes liderados pelos portugueses católicos (REIS, 2001). A Independência em 1822 era apenas política e não a exclusão do que havia sido estruturado ao longo de tanto tempo pelos lusitanos e que formou o Brasil e sua grandeza (REIS, 2001).

Varnhagen viu na guerra contra os holandeses a afirmação da união dos povos brasileiros contra o invasor inimigo, sob a liderança do branco e com a ajuda relativa do índio e do negro, e sem reconhecer a importância de mulatos, caboclos e mamelucos nesse processo, nem apontá-los como a força da miscigenação característica do Brasil. Possíveis benefícios trazidos pelo curto domínio holandês, como a tolerância religiosa, as melhorias na infraestrutura em Recife e uma visão de mundo diferente do português não foram tratados pelo autor, pois era mais importante valorizar o papel da monarquia desde o seu domínio sobre o país até sua continuidade sob a figura de D.Pedro II (BOOGAART, 2012). Comparar a colonização portuguesa com os possíveis avanços do período batavo não era favorável para o legado lusitano para o Brasil.

Era, no entanto, a história produzida em seu tempo (REIS, 2001), pensada de forma

factual, centrada no grandes homens e seus feitos, e sem se apoiar nos por quês e sim no como aconteceu.

O discurso de Varnhagen, em conjunto com obras de outras autores de sua época, foi reproduzido por muito tempo, apoiado por instituições como IHGB e IAHGP que deram o tom de história oficial a ser difundida, e isso, de certa forma, contribuiu para a preservação dos Montes Guararapes, que se consolidaram como o local que materializava esse discurso.

Pesquisadores que vieram a seguir mantiveram essa forma de ver a história que Varnhagen mais representou, e com algumas motivações e adaptações, reforçaram a visão de heroismo e união de raças em proveito da pátria que as Batalhas em Guararapes, dentre desse imaginário, representavam.

O Coronel Cláudio Bento, historiador militar, lançou *As Batalhas dos Guararapes* ao mesmo tempo em que o PHNG era criado, em 1971. Além de descrever os acontecimentos nos Montes Guararapes, de forma factual e cronológica, Bento aponta uma análise exclusivamente militar que envolvia números de combatentes, número de feridos e mortos, materiais bélicos envolvidos e as manobras táticas que foram desenvolvidas por ambas as tropas. O uso dos princípios de guerra são adicionados a essa análise, ainda que o entendimento de conceitos como massa, objetivo, surpresa entre outros, só tenham sido consolidados no início do século XX e sejam típicos de exércitos modernos e regulares.

O trabalho de Bento continua sendo difundido nos meios acadêmicos militares, entre esses a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, fundada por ele, além de outras 35 instituições semelhantes as quais fundou ou é membro, entre elas a Academia Brasileira de História.

Bento vê Guararapes como o início da formação da Pátria brasileira, assim como viram os historiadores do nativismo pernambucano. A difusão dessa obra em escolas militares reforçou cada vez mais a importância em ações de preservação desse patrimônio e para o entendimento que o Exército, também, devia aos acontecimentos de 19 de abril de 1648 a sua própria criação.

Bento também adota a visão de Varnhagen em detalhar as Batalhas em Guararapes ressaltando o heroismo, a sabedoria e a coragem das tropas lusobrasileiras, destacando os momentos mais importantes de cada fração que compunha aquele grande exército. Brancos, índios e negros são igualmente necessários e seus comandantes são lembrados por suas astúcias e contribuições, por ocasião da descrição desses eventos. José Fernandes Vieira e Antonio Vidal de Negreiros, como os chefes das tropas de homens brancos; Henrique Dias, o comandante do terço dos combatentes negros; e Filipe Camarão, o líder dos indígenas, são novamente descritos

como os patriotas que derrotaram um exército mais poderoso com o uso da inteligência e pela união de todos, assim como fizeram os autores que lhe antecederam.

Assim como Varnhagen, Bento tem a sua importância ao considerarmos sua obra como mais uma publicação que contribuiu para comprender os aspectos militares desenvolvidos nas duas batalhas. A metodologia ainda foi de tratar sobre o como se fez a História, e não a compreensão do processo, e a análise militar torna-se anacrônica ao abordar esses acontecimentos a luz de conceitos que só surgiram três séculos depois. Nas edições posteriores, ainda foram acrescidos esboços gráficos que materializam e ajudam a visualizar essas descrições.

As Batalhas dos Guararapes são empregadas até hoje para reafirmar o discurso de importância do Parque e contribuíram para a criação do Dia do Exército, ato confirmado em 1994, dentro da narrativa de fundação dessa instituição no dia 19 de abril de 1648.

Poucos anos depois da criação do Parque e do lançamento de “As Batalhas dos Guararapes”, por Cláudio Bento, Evaldo Cabral de Mello, em 1975, lança “Olinda Restaurada”, que trata de maneira profunda a invasão holandesa, que se distancia do ponto de vista militar-patriótico-nativista que reinou durante muitos anos.

Mello aponta que as guerras que aconteceram entre lusobrasileiros e holandeses foram promovidas pelo açúcar. em prol do sistema social e, principalmente, pelo sistema econômico que já existia no Nordeste. Com isso, o autor retira o peso atribuído pela literatura tradicional ao sentimento ferido pela invasão das Províncias Unidas, e que a luta não era pela proteção da Pátria (que ainda não existia), mas sim pelo sistema que grassava nas áreas produtoras da cana. O levantamento de informações sobre as tropas envolvidas, custos, capacidades militares e técnicas são até hoje referências para outros trabalhos sobre o tema. Em relação aos embates no terreno, Mello aponta que mulatos e índios é que majoritalmente compunham as tropas nativas, mas também estavam no lado neerlandês, fato que inclui a mestiçagem nesse enredo, pois os mulatos são quase que ignorados pelas publicações mais antigas.

A obra “Olinda Restaurada” trouxe novidades para um tema que estava, até então, sem mudanças na historiografia brasileira e que tinha na literatura tradicional a sua única versão. E foi nessa tradição que o mito de Guararapes se consolidou. Depois desse livro, e ao longo de quase 30 anos, Mello trouxe desdobramentos que mudaram de forma mais incisiva o conceito da importância da Restauração Pernambucana para a formação da Pátria brasileira e que havia criado, na verdade, um imaginário de protagonismo na formação da nação. Então, “O Norte Agrário e o Império”, de 1984; “Rubro Veio”, de 1986; “O Nome e o Sangue”, de 1989; “A fronda dos mazombos” (1995); “O negócio do Brasil” (1998); “Nassau” (2006); e “O bagaço

da cana" (2012), foram algumas das publicações que trabalharam como um contraponto à ideia que a construção de um discurso de formação da nacionalidade fosse mais forte, e mais importante, que a própria verdade.

Em "Rubro Veio", Mello se posiciona sobre a realidade do legado deixado pelos holandeses no Brasil, principalmente em Recife e nas cidades mais próximas, algo que vinha sendo discutido desde os tempos do nativismo pernambucano, e que se tornou tema comum entre aqueles que defendiam a Monarquia e apontavam não haver legado, e aqueles que enfatizavam essa herança, e até mesmo exageravam nesse entendimento, como disse Gilberto Freyre ao comparar a ocupação dos holandeses ao que houve em Portugal, por parte da invasão dos Mouros (MELLO, 1997). Mello apontou os marcos deixados como vestígios, fossem esses fortes como o Brum, Orange e das Cinco Pontas; nomes de bairros, como Casa Forte; a famosa ponte ligando o Recife antigo ao bairro de Santo Antônio; e a própria Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, um legado das batalhas dos Guararapes; entre outros. Mello, então, busca na própria região, os fatos inquestionáveis desse legado.

O que chamou de imaginário local de Pernambuco, Mello apontou as crônicas de louvação à guerra contra os invasores como formadoras desse fenômeno, que foram por muito tempo consideradas como a verdade histórica, e influenciaram tantos autores novos quanto instituições como IHGB. Nesse contexto, estão os já citados "O Valeroso Lucideno", "Castrioto lusitano" e "História da Guerra de Pernambuco", todos encomendados por José Fernandes Vieira e difundido por intelectuais e poderosos, como D.Pedro II (MELLO, 1997).

Soma-se a essas obras, "Nova Lusitânia" (1675), de Brito Freire, que apesar da importância angariada pela descrição dos eventos, padece de credibilidade, pois o seu autor não presenciou os principais fatos das guerras brasílicas (MELLO, 1997). Outras obras também ajudaram a formar esse imaginário, mas para Mello, todas têm um perfil de interesse português e nada foi trabalhado com a visão do holandês e que poderia dar uma abertura de novas possibilidades de interpretações.

A importância das guerras contra os invasores da WIC são superdimensionadas quando atribuem quase exclusivamente ao homem pernambucano esse feito, dispensando os reforços da Coroa portuguesa e de outras províncias como a Bahia. Mello não minimiza a importância, mas aponta que essa exclusividade não se sustenta, diante do esforço e sacrifício de outras províncias contra o invasor.

Uma das temáticas da guerra que mais se consolidou nesse imaginário foi o protagonismo dos chamados líderes dito patriotas, os quatro comandantes dos terços que foram vitoriosos nos Montes Guararapes: o português José Fernandes Vieira; o brasileiro Vidal de

Negreiros, ambos brancos; o negro Henrique Dias; e o indígena Felipe Camarão.

A formação democrática, como apontava Von Martius na sua ideia de História do Brasil, foi desmitificada por Mello, que apontou a colaboração de todas as raízes étnicas como mais uma criação do nativismo, que dava a primazia e maior importância no desenvolvimento de toda a Guerra a um português, Fernandes Vieira, em referência à Monarquia. E em menor grau a um brasileiro filho de portugueses, o chamado mazombo, representado por Vidal de Negreiros; e os demais representantes das etnias puras, Dias e Camarão, segundo o autor. Foram esquecidos outros nomes que tiveram igual importância durante as outras fases da ocupação, entre eles Matias de Albuquerque e Antonio Dias Cardoso. A ligação de Vieira com os holandeses e suas dívidas, assim como vários outros donos de engenhos de açúcar na mesma situação, são apontadas como uma das grandes motivações para empreender a fase dos combates da restauração. Motivos pouco nobres para enaltecer a formação de uma Pátria ou da própria liberdade de uma região, que ao final, retornou para o domínio de Portugal e não procurou sua própria independência.

Rebatendo várias afirmações de outros clássicos de Varnhagen e Oliveira Lima, Mello aponta os traços de enaltecimento e comparações com grandes feitos já presentes na História, como produtos desse imaginário e que alimentaram uma visão idilíca de um período que sem dúvida foi importante para a formação de uma identidade, mas que distorceu os fatos e as interpretações que poderiam explicar esse processo. A pretensa coesão de etnias que ainda não formavam um povo, a exclusão dos mestiços desse imaginário de lutas, a união entre as províncias que não existia, mas justificava a importância da monarquia para evitar a fragmentação do território foram algumas das várias afirmações criadas e que reverberaram durante períodos duros da história do país e de Pernambuco, como em 1817 e na Guerra dos Mascates, em 1710.

Mello conseguiu firmar uma nova visão, bem mais lúcida e baseada em interpretações mais sólidas, e trouxe mais vigor para novos debates sobre o assunto.

Mas a guerra das narrativas nunca deixou de existir, e em 1994, o Exército, por iniciativa do seu Ministro, o general pernambucano Zenildo de Lucena, iniciou uma campanha que instituiu o Dia do Exército, em 19 de abril, apontando que não somente a nacionalidade brasileira teve início na vitória da 1ª Batalha dos Guararapes, mas também o Exército Brasileiro. Desde então, a atenção dessa instituição em relação à preservação dos Montes, que já existia desde a década de 1970, passa a ter uma prioridade na área cultural no Nordeste. Celso Castro, em “A Invenção do Exército Brasileiro”, de 2000, aponta que não seria possível esse marco de criação, pois não havia uma nação brasileira, nem poderia haver um Exército, pois a colônia era

ligada a sua metrópole, mas a narrativa fortalecia a ideia de tradição de uma instituição que remontava desta forma à 1648 e não à 1822. Depois, reforçava a mistura das raças e da democracia racial presentes na literatura tradicional. Indicava, ainda, a vitória contra um invasor estrangeiro e que era mais poderoso que as tropas nativas (CASTRO, 2000). Argumentos fortes para se criar uma narrativa heróica.

Ao longo dos anos posteriores, o Dia do Exército ganhou um hino, eventos solenes, medalhas e cada vez maior importância para a Instituição, a ponto de rivalizar com o Dia do Soldado, celebrado em 25 de agosto em referência ao Duque de Caxias.

Com isso, o Estado reforçava, novamente, o seu interesse em manter a narrativa tradicional, e os Montes Guararapes eram parte importante nessa estratégia.

.

2 A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO: PILARES FORTES OU NÃO?

2.1 A IGREJA, O POVO E O CAMPO DE BATALHA

A área dos Montes dos Guararapes foi doada, em 1656, à Francisco Barreto de Menezes que doou à Igreja católica para construção de um capela em honra à Nossa Senhora dos Prazeres como lembrança em comemoração à vitória contra os neerlandeses (MONTENEGRO, 2014).

Ao longo de mais de 250 anos, os Montes permaneceram sob a responsabilidade da Ordem dos Beneditinos, com considerável preservação do local. A Igreja foi ampliada em 1676 e 1729, além de ter vivido diversas obras de reforma e restauração (IPHAN, 2021). Uma grande festa popular, a Festa da Pitomba[4], foi criada e se tornou um patrimônio da população, condição confirmada pelo poder público em 2009, com a aprovação, por parte da Assembleia Estadual de Pernambuco, da lei que a tornou patrimônio imaterial. Para o povo, o pertencimento a esse festejo é muito mais antigo do que o que se pretende ao espaço dos Montes.

Antigo também é o tombamento da própria Igreja, que ocorreu em 1938 (processo 05 T-38), que levou em conta a importância arquitetônica, religiosa e cultural desse monumento, dentro de uma concepção que era comum nas decisões do SPHAN, órgão antecessor do IPHAN. Nesse caso específico, ao menos a ligação do objeto monumental, as práticas sociais e a comunidade já existiam à época do tombamento.

Nessa mesma época, já havia um afluxo de pessoas em busca de terras para plantio e moradia. Os beneditinos autorizavam que algumas famílias ocupassem as regiões do Córrego da Batalha e do Rio das Velhas, em troca de um aluguel do terreno (MONTENEGRO, 2014). Esse número foi ampliando nas décadas de 1950 e 1960. Em 1953, os próprios beneditinos tentaram desenvolver um projeto de loteamento de toda a área, mas foram impedidos pelo processo de tombamento que foi iniciado e previa a desapropriação dos Montes, ainda que a Justiça tenha dado ganho de causa aos clericos. A pressão exercida por intelectuais e pelo IPHAN (SOUZA, 2008) que enxergaram a possibilidade de alta descaracterização dos Montes, também fez diferença para evitar a divisão do local. Mas já era visível a perda de controle da Igreja e do Estado na preservação desse terreno.

Mesmo não havendo o loteamento, a Igreja continuou a incentivar a entrada de famílias para ocupação, talvez motivada pelo conceito de enfrentamento ao capitalismo que oprimia o povo sem moradia que dominou parte das congressões religiosas católicas nas décadas de 1960

[4] É oficialmente conhecida por Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, mas como acontece na época de colheita da fruta pitomba, acabou sendo assim designada. Ela acontece desde 1657.

e 1970 (SOUZA, 2008). Em 1961, o processo de tombamento foi concluído, mas assim mesmo, a área foi ficando cada vez mais descaracterizada, o que piorou com a remoção de 850 famílias para a ampliação do aeroporto do Guararapes, em 1962 (MONTENEGRO, 2014). Parte dessas pessoas também ocupou terrenos dos Montes.

No tombamento registrado no IPHAN como o de número 523-T. Livro Histórico Vol. 1 Folha 55 Inscrição 334 31/10/1961, dentro da Constituição Federal da época, preocupou-se apenas com o monumento histórico, considerado o local das Batalhas contra os holandeses. Na revisão do processo, em julho de 1972, há a inclusão dos "monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza" (1972. p.1). Então a comissão composta por membros do IPHAN, do Governo de Pernambuco e do Exército, concordaram em preservar os outeiros e a visão do mar a partir dos Montes, já que a especulação imobiliária já estava em avanço e uma grande população vivia no interior da área tombada, o que poderia desfigurar ainda mais a paisagem[5].

Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres

Fonte: arquivo pessoal. 2019.

[5] Certidão de revisão do processo de tombamento, IPHAN, 24 de julho de 1972.

É interessante observar nesse documento de 1972, a preocupação em alertar que: "ninguém nega o direito dos donos à terra do seu domínio. Nem se cogita contrariá-lo por medida impertinente excessiva. Existe, isso sim, o imperativo constitucional (artigo cento e setenta e cinco), que deve ser cumprido pela autoridade competente" (IPHAN, 1972, p.1-2)[6].

A decisão ainda reforça a necessidade de demarcação em definitivo do espaço, incluindo outras áreas que foram levantadas como ligadas às Batalhas. Tudo com a finalidade de preservar a integralidade do local.

Esse esforço em preservar o espaço, configura o reconhecimento dos Montes como Lugar de Memória (NORA, 1993). Um local com sentimento de continuidade, um espaço que se articula ao passado, por meio de lembranças que foram transmitidas pela oralidade e pelos poucos registros escritos, sendo constantemente reinterpretado, permanecendo transitando pelas sociedades que vem e vão, mas que veem esse Lugar como parte de um passado compartilhado, por meio da memória coletiva, como afirmou Halbwachs. A memória coletiva muitas vezes não tem a origem definida, mas ao ser lembrada e relembrada, acaba se consolidando como parte da história de um segmento da população.

Voltando ao entendimento de Lugar de Memória, sua ideia de resto de um passado que pouco sobrou de memórias, mas que são importantes e permaneçam entre nós, por meio da criação de monumentos e patrimônios, como os Montes, a Igreja e o seu discurso de testemunho do surgimento da nacionalidade. Mesmo que o discurso não esteja à altura de evidências, a criação dessa memória faz parte do entendimento de um Lugar de Memória, pois "não há memória espontânea" (NORA, 1993, p.13), como afirmou Nora, cada grupo irá lutar por uma parte do quinhão daquilo que chamamos de história nacional, e os Montes são uma parte dessa história. Resta trabalhar para que o discurso não morra junto com o patrimônio, na visão daqueles que criaram a memória.

A criação do Parque, em 1971, levou em consideração o valor do espaço como paisagem histórica combinado com o valor paisagístico, que contempla a Igreja, a visão do mar a partir dos Montes (MONTENEGRO, 2014).

Ainda na década de 1970, os esforços de intelectuais e do Estado em promover a preservação dos Montes dos Guararapes continuaram. Mas a atenção quanto à população não teve a mesma preocupação. Concomitantemente, surgiram trabalhos que colocaram em discussão o legado da Insurreição Pernambucana e do nascimento da Pátria que envolveram os eventos ocorridos nos Montes.

---

[6] Ibidem.

Choay (2006) alertou para a exclusão que pode advir com o que chamou de “indústria patrimonial” (CHOAY, 2006, p. 224), com as populações locais e com poucos recursos que vivem e sobrevivem nas áreas de influência de determinado patrimônio. Exclusão causada pela ideia de monetização do que o monumento pode gerar, trocando o valor de uso pelo valor econômico, e que movimenta o setor público e privado para angariar o máximo de lucro com o patrimônio. No PHNG, a população foi excluída do processo por ser indesejável para que a preservação fosse plena, pelo menos na visão das instituições que promoveram essa patrimonialização.

O PHNG nasceu e vive sob a concepção que deve gerar seu próprio sustento, a fim de gerar recursos financeiros que indiquem o sucesso desse empreendimento, como grandes museus e sítios arqueológicos do mundo. Mas, ainda que o valor histórico do Parque seja considerado, não há como compreender que esse espaço possa interessar um grande público, comparando, por exemplo, com as ruínas de Machu Pichu ou as pirâmides do Egito. Nem todos os exemplos de patrimônio, como monumentos, sítios e museus, vivem apenas com o que arrecadam em suas bilheterias, pois é necessário o investimento público para que o bem seja preservado por si só e não esperando que um retorno econômico seja alcançado

A decretação do patrimônio sem a participação natural da população decretou, também, uma estratégia falha no processo de preservação do espaço, mesmo que o discurso se apresentasse com poucas evidências que lhe dessem a credibilidade necessária para ser aceito por parte dos acadêmicos.

Com a exclusão desse processo, o fenômeno do pertencimento natural que essa população, tanto a que vive no interior quanto a do entorno, não se desenvolveu nem mesmo com algumas iniciativas criadas de educação patrimonial, que foram, assim mesmo, limitadas no tempo. O valor afetivo, que conduz ao sentimento de pertencimento, é uma ligação subjetiva, que não se traduz em números ou explicações (MENESES, 2009), ela simplesmente existe e é construída ao longo do tempo, como aconteceu com a Festa da Pitomba, mas que não se construiu no espaço do campo das batalhas.

2.2 O ESTADO E A PATRIMONIALIZAÇÃO

O Estado sempre teve uma forte presença na patrimonialização dos Montes Guararapes. Não que isso seja incomum, pois ações estatais são previstas em lei para assegurar a proteção do patrimônio, já que “É o valor cultural atribuído ao bem que justifica o seu reconhecimento como patrimônio e, consequentemente, sua tutela pelo Estado” (FONSECA,

2005, *apud* MONTENEGRO, 2014, p. 39). Além disso:

> O tombamento é um ato administrativo que submete à tutela do poder público os bens culturais considerados dignos de preservação. Esse ato consiste no reconhecimento do valor do bem e na sua inscrição em um dos quatro livros de tombo: Livro I – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro II - Livro Histórico; Livro III - Livro das Belas Artes e Livro IV - Livro das Artes Aplicadas. Ao serem tombados, os bens culturais são submetidos ao Decreto-Lei n° 25/1937, que regula a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse dispositivo legal determina a obrigatoriedade de aprovação prévia para intervenções nos bens tombados e nos seus entornos (nestes para a preservação da visibilidade dos bens), e designa o IPHAN como órgão responsável por essa regulação. (MONTENEGRO, 2014. p. 40)

Ao serem considerados de interesse público, os bens tombados se convertem em propriedade da nação.

Na inauguração do PHNG, em 1971, o então Presidente da República, Garrastazu Médici, esteve presente na cerimônia e chamou a UFPE para promover os primeiros trabalhos de prospecção arqueológica naqueles terrenos, isso ainda nos anos 1970. Os trabalhos foram tímidos e pouco da área total foi escavada, mas ainda sim, foram encontrados vestígios, inclusive esqueletos e armas[7]. O cemitério de luso-brasileiros foi encontrado no terreno em frente à Igreja Nossa Senhora dos Prazeres.

A partir da criação do Parque, outros órgãos foram responsáveis por ações dentro de suas possibilidades, segundo relação elaborada por Montenegro (2014. p. 78):

> - O IPHAN instalou um escritório local na área;
> - O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais realizou um levantamento das condições socioeconômicas da população;
> - O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico e o Departamento do Patrimônio da União escrituraram a área;
> - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) realizaram o levantamento topográfico;
> - O INCRA implantou uma cerca, que delimitou a área;
> - A Aeronáutica realizou o levantamento aerofotogramétrico;
> - O Projeto Rondon realizou o diagnóstico do PHNG;
> - A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) realizou prospecções arqueológicas na área e desenvolveu o Projeto Físico do PHNG;
> - A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) montou uma casa de farinha e instalou uma atividade de produção de doces com as mulheres da comunidade;
> - A Prefeitura de Jaboatão e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) implantaram a via de acesso e de circulação interna do Parque.

[7] Relatório do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Figura 4. Esqueleto de soldado luso-brasileiro

Fonte: arquivo pessoal do Professor Marcos Albuquerque. S.D.

A iniciativa da UFRPE para possibilitar atividades de renda para as mulheres da comunidade traz reflexos positivos até hoje na região, e do ponto de vista do pertencimento ao patrimônio, foi uma excelente oportunidade.

A inclusão do Parque como área de proteção ambiental, em 1979, possibilitou uma maior proteção ao espaço, tendo em vista a pouca flexibilidade nas legislações que tratam do tema, e que ao longo dos anos continuam nesse mesmo teor.

Em 1984, após negociações e detalhamento sobre as responsabilidades sobre o PHNG, o IPHAN removeu 40 barracos de áreas mais altas e de valor histórico e procurou reflorestar alguns pontos do terreno. Além disso, a instituição promoveu ações junto a população que vivia no interior do Parque para formar mão-de-obra, inclusive guardas-mirins. Foram, ainda, ampliadas as iniciativas do SENAC e da LBA para apoiar a produção de farinha, de tapetes e de doces já em funcionamento, com a intenção de gerar renda e emprego e divulgar o local com a venda de produtos (MONTENEGRO, 2014). Essas iniciativas, realmente, procuraram trazer o povo para as soluções de preservação.

O PHNG é o único sítio histórico com seu Plano Diretor próprio, e em 1987, o Governo de Pernambuco iniciou, mas não conseguiu, concluir esse trabalho. Somente em 2002 é que o plano foi publicado após pressão do Ministério Público. No plano são apontadas as diretrizes do desenvolvimento urbano para o local (MONTENEGRO, 2014). A última atualização desse documento foi publicada em 2019.

Em 1989, o município de Jaboatão acrescentou ao seu nome a palavra Guararapes, a

fim de reforçar a ligação da cidade com os Montes, bem como vem sempre afirmando ser o Berço da nacionalidade brasileira[8].

Em 1997, quando foi feita a cerca que delimitou o PHNG, o Laboratório de Arqueologia da UFPE foi chamado para realizar os trabalhos que visavam encontrar os vestígios do século XVII. Em 2004, novamente um grande trabalho de prospecção foi realizado pelos arqueólogos para liberar as áreas onde seriam criados equipamentos que visavam ampliar o interesse pela visitação ao monumento[9]. O Projeto de Revitalização do Parque Nacional contou com os entes federais, como o Exército, a UFPE e o IPHAN, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal e procurou possibilitar a criação da administração do PHNG, de cinco mirantes, de um restaurante, um museu e um anfiteatro. Toda a temática seria voltada para as batalhas ocorridas em 1648 e 1649. Os trabalhos arqueológicos eram necessários a fim de evitar destruir vestígios desse período, mas nada foi encontrado. Desse esforço, somente dois mirantes, um deles com uma grande maquete, e a administração foram efetivamente construídos (MONTENEGRO, 2014). Projetos sem continuidade foram comuns na questão do Parque.

De grande relevância para compreender as questões sociais que envolvem a patrimonialização do PHNG, é a Lei nº 9.497, que dentre outras determinações, apontou a participação da comunidade do interior do Parque na elaboração do Plano Diretor e autorização de sua permanência naquela área. Essa Lei foi alterada, em 2019, pela Lei nº 13.813, que ampliou o prazo de cadastramento do moradores que viviam desde o ano de 1991 para a simples comprovação de residência[10].

A permanente disposição do Exército e sua atuação positiva em preservar os Montes foi confirmada com o Termo de Entrega do PHNG, com uma área transferida de 79,27 ha, que corresponde a apenas 1/3 da área desapropriada e ainda não invadida (MONTENEGRO, 2014) (ARAÚJO, 2019). Mas as obrigações dos outros entes ainda permanecia. O Exército instalou marcos de concreto e mantém um contingente de militares para evitar que a área sofra novas invasões.

[8] Site da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. https://jaboatao.pe.gov.br/jaboatao-dos-guararapes/.
[9] Relatório do Laboratório de Arqueologia da UFPE, cedido gentilmente pelo Professor Marcos Albuquerque.
[10] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9497.

Figura 5. Foto área com as delimitações do Parque. A área livre (em verde) corresponde à apenas 1/3 do total desapropriado (com limites em rosa).

Fonte: Montenegro. Fotografia aérea. 2014

O posto do IPHAN que existia na área, chegou a ser recuperado em 2005, e isso garantia o constante apoio desse órgão aos trabalhos de preservação do PHNG, mas hoje ele está desativado e as atividades são apenas monitoradas a partir da sede em Recife. Outras tarefas como o cadastramento da população que vive no Córrego da Batalha foram feitas, mas a população não recebeu nenhum título de propriedade, tendo em vista a imposição das normas legais que tratam de patrimônio e de áreas de proteção ambiental. Hoje, o IPHAN considera ser improvável qualquer desocupação daquela área, mas ainda prevê a realocação de áreas de risco, o que ainda não foi feito. Vários órgãos, como o Ministério da Cultura, A SPU, a Prefeitura, o Governo do Estado e o Ministério das Cidades estão envolvidos nessa intenção (ARAÚJO, 2019).

Mesmo com os cadastramento, as constantes invasões e o uso do Parque para fins opostos à sua preservação foram observados ao longo da última duas décadas. Em 2015, o Exército realizou uma grande ação para combater as atividades que estavam descacterizando o local, e para qual estava investido de autoridade e de responsabilidade[11].

[11] Apresentação da 7ª Região Militar sobre o PHNG, em setembro de 2015.

A denominada Operação Mão Amiga identificou a existência de grande fluxo de veículos por dentro do Parque, pois havia uma ligação com a BR-101, a calculou que 91,72% dos motoristas abordados não moravam no local, mas apenas o utilizavam como passagem. Então, apenas a entrada principal, sob controle da guarnição dos militares, permaneceu aberta.

Além disso, foram identificados locais de desmonte de carros roubados, áreas de despejo de lixo e entulhos, pista de bicicross clandestina e campos de futebol em áreas de proteção. A Operação retificou esses desvios, mas não foi identificada por essa pesquisa, a existência de uma campanha de conscientização com a população da área e do entorno, principalmente em relação ao fechamento de acessos.

De qualquer forma, essa ação foi sucedida de outras que mantiveram o relativo controle sobre a área, mas que não garantem, segundo nosso juízo e percepção do local visitado, de uma preservação plena. Durante nossa pesquisa, ouvimos relatos de constantes despejos de lixo e de entulhos, além de fatos mais graves, como a descoberta de corpos humanos vítimas de assassinatos.

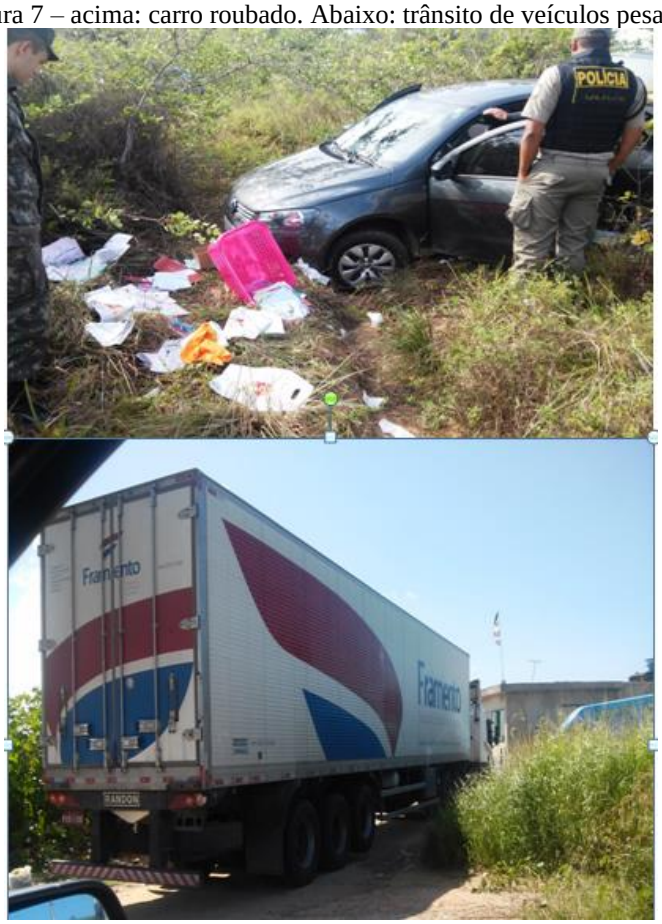
Mas uma das ações da Operação Mão Amiga, que previa a instalação de um roteiro cultural com emprego de guias locais não foi efetivada. E assim, mais uma vez, a elaboração de uma atividade de cunho patrimonial e com construção do pertencimento acabou ficando apenas no papel.

A UNESCO (2007) já recomendou a necessidade de ter as comunidades envolvidas na preservação dos bens, envolver nas decisões, nos fóruns, nas ações, tudo que ofereça a preservação de um bem tão envolto da população como PHNG, deve ter esse cuidado de prestigiar, no mínimo, suas lideranças, seus moradores mais antigos e os mais voltados para isso. Muitas vezes, não é simples trazer a comunidade para essa “ativação patrimonial” (ZARINATO, 2018. p. 12), que é a efetiva participação da sociedade nos assuntos de determinados patrimônios. As razões são várias, mas no caso do Parque pode ser creditado à sempre importante falta da educação patrimonial e à insegurança pela falta de garantias de permanecer nas próprias residências.

Figura 6: um dos lixões encontrados no interior do PHNG.

Fonte: 7ª Região Militar. 2015

Figura 7 – acima: carro roubado. Abaixo: trânsito de veículos pesados.



Fonte: 7ª Região Militar. 2015

2.3 EU VIVO AQUI: OS MORADORES DO PARQUE

No último levantamento, de 2002, realizado sobre os moradores que vivem no interior do PHNG, estimou-se que existiam cerca de 30.000 pessoas ocupando 7.500 imóveis. Algumas dessas pessoas estão lá há décadas, e possuem em média 28 anos morando na área tombada (ARAÚJO, 2019). Em comparação com outro levantamento, feito vinte anos antes, havia 1.606 imóveis nas mesmas áreas (ARAÚJO, 2019), o que indica um aumento de 466%, levando a crer que hoje a situação pode ser ainda mais preocupante.

Mas a existência desses moradores, aliados aos mais de 30.000 imóveis, com cerca de 100.000 habitantes, existentes nas áreas de entorno próximas ao Parque, poderia ser uma grande aliada nas iniciativas de preservação do local, pois já existe um sentimento de pertencimento nesse espaço, originário da vivência nas paisagens, no cotidiano com a Igreja, com as áreas comerciais, com a Festa da Pitomba, entre outros. Mas devido à falta da compreensão da importância do lugar como patrimônio cultural, esse ponto de pertencimento ainda está longe de ser consolidado.

Araújo (2019) constatou que apenas 50% dos moradores do interior do Parque conheciam a história das Batalhas dos Guararapes; 67% desconheciam o que era o IPHAN; e 75% sabiam da importância nacional do Parque. Muito pouco para termos a certeza da formação de uma identidade relacionada aos eventos em Guararapes. Como aponta Scheiner (2006), o poder do patrimônio possibilita uma construção do imaginário que se vincula à percepção de uma identidade. Apesar dos esforços do Estado e de instituições, essas iniciativas parecem ser muito aquém para consolidar esse sentimento. Para Brulon (2012), é justamente na comunidade que iremos buscar a preservação da memória e dos valores, por meio de experiências que promovam essa percepção. É dificíl identificar, nesse momento, esse sentimento naquela população, sem que existam medidas efetivas de informação.

Em solicitação que fiz ao IPHAN, pedi para informar se houve alguma ação de Educação Patrimonial nos últimos dez anos e que tiveram como público-alvo esses moradores do interior do PHNG. E a resposta foi negativa, ou seja, há pelo menos uma década sem atividades nesse sentido. Em relação ao Exército, que é o responsável pela área, não há condições técnicas para esse tipo de trabalho, pois não há material humano nem *expertise* para isso.

Para Siqueira (2019) vários países acabam privilegiando a identificação e seleção dos seus bens patrimoniais, mas pouco se pensa quais são os valores e sentidos que estão associados ao patrimônio e justificam a sua preservação pelo Estado, e então, possam se apropriados pela

sociedade. Os trabalhos de educação patrimonial devem envolver esse entendimento, ainda que tardiamente sejam elaborados (SIQUEIRA, 2019)

Os problemas sociais desse moradores são comuns e são comparados às regiões mais pobres da RMR, com reclamações quanto à deficiente coleta de lixo, falta de abastecimento de água e de um sistema de drenagem. Apenas 9,3% das residências são atendidas pela rede de esgoto (MONTENEGRO, 2014).

Ramos de Araújo (2018) apontou que faltam equipamentos de lazer que tornem o Parque agradável para população residente e para o visitante. Fato comprovado pela falta de museus, locais de esporte ou vivência que atrairiam um público maior. 77% dos entrevistados por esse autor, nem todos moradores do PHNG, apontaram que conheciam a história das Batalhas ocorridas em Guararapes, mas apenas 28% já tinham ido ao Parque, sendo que nessa amostra, 65% eram da própria cidade de Jaboatão dos Guararapes. As maiores críticas, além dos poucos equipamentos de lazer, eram dirigidas à falta de segurança e à pouca divulgação do local (RAMOS DE ARAÚJO, 2018).

A visitar o Parque hoje, há somente o mencionado mirante na estrada principal, com uma maquete e as estátuas de cinco dos heróis das batalhas. O outro mirante fica no Morro do Telégrafo, e pela dificuldade de acesso é pouco visitado.

A população moradora do Parque se ressente, também, de um melhor tratamento em relação a sua situação social, pois se encontra em posição de inferioridade em relação ao Estado, por não ser a detentora de sua propriedade, não ter margem para decisão em relação às atividades de lazer do terreno, se sentir isolada pelas últimas ações que fecharam as vias de acesso ao local e o medo constante de uma ação de reintegração de posse de toda a área (ARAÚJO, 2019).

Com tantas questões sociais, o povo que diariamente vive no PHNG está mais preocupado com as soluções aos problemas que visem melhorar sua qualidade de vida, ficando em segundo plano a importância do próprio Parque como patrimônio cultural.

Como aponta Brulon (2009), é na experiência do indivíduo com o objeto museal, no caso em estudo, o próprio Parque, é que podemos considerar que esse patrimônio pode ser compreendido como tal, como espaço de reflexão e de encantamento, mas como um território seu, parte de sua cultura.

A proteção de locais de valor histórico como o PHNG sugere que a população que habita que se aproprie de seus valores, pois assim se tornará parte dela. E para isso é necessário que se desenvolvam programas de conscientização que expliquem que valores são esses, e por que deverão ser preservados (CHOAY, 2006)

Mais uma vez, reafirmo que é necessária maior ação em atividades de educação patrimonial, não somente na área interna do Parque, mas também em seu entorno, a fim de que esse sentimento de pertencimento seja criado e consolidado, o que poderá levar anos, mas que independente do tempo, é uma ação importante. São práticas benéficas e válidas para esse processo, a existência de maiores atividades de ensino nas próprias escolas das redes públicas e privadas sobre o tema “Brasil Holandês”, para que a preservação dos principais locais que remetam a essa história também sejam conhecidos e passem a pertencer a uma maior parte da população. Algo que ainda não está em desenvolvimento, salvo ações isoladas de indivíduos motivados por esse fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil Holandês produziu narrativas e personagens muitos ricos devido à complexidade das interações e dos caminhos surgidos e suas ramificações ao longo dos 24 anos de domínio da WIC. Independente da visão historiográfica que interpreta esse período, não há como negar que é uma época instigante para estudar e que ainda tem muito o que mostrar.

A Ciência Histórica tem o poder de construir e destruir mitos, de descobrir e enterrar com a mesma velocidade verdades e suposições, e reconstruir sob uma nova interpretação tudo o que sociedades inteiras viveram e acreditaram ser narrativas inquestionáveis.

Então, para esse trabalho foi importante debater essas visões, compreender como o mito dos Guararapes foi construído ao longo de séculos, segundo o modo de ver a História por seus historiadores e pelas sociedades em sua época. A importância de Guararapes não está consolidada em cima de uma fábula, pois os eventos existiram e seus personagens, famosos e anônimos, se encontram naqueles dois dias de 1648 e 1649. Muitos viveram para contar e deixaram seus relatos para que não fossem esquecidos. Outros desaparecerem consumidos pelos Montes e alguns poucos surgiram como esqueletos centenas de anos depois.

Mas é claro que é o Homem que constrói a História e o Homem é falho, e muita lenda foi inserida para tornar uma história de seres humanos, ser um conto de seres fantásticos, insuperáveis, sem máculas, indestrutíveis. Mas também cabe a História trazer a narrativa ao menos de volta ao mundo dos mortais.

Então, Guararapes foi exageradamente considerado por muitos como o berço da nossa nacionalidade, com data e hora de criação, algo tão único que sempre foi discutível e hoje é cada vez menos crível. Não podería ter nascido uma Pátria brasileira, onde havia apenas uma colônia da Pátria-mãe, que estava além-mar, do outro lado do Atlântico. Mas essa narrativa foi importante para o espaço do campo das Batalhas fosse preservado, afinal, como desfigurar um chão tão simbólico como esse? E no momento que a cidade crescia, os Montes foram respeitosamente mantidos.

Então, compreender a História dos Montes, dentro das suas perspectivas historiográficas, é imprescindível para que possa se compreender o que o espaço do Parque hoje representa para o patrimônio brasileiro. Superestimada e incompleta, a sua narrativa foi transformada em um símbolo de um período que deixou marcas, construiu outras narrativas e fomentou mitos. Narrativas que acompanhadas de outras tão simbólicas quanto, acabaram por construir o que compreendemos como identidade nacional. Com tanto simbolismo, não podería-se acreditar que esse lugar de memória fosse deixado à mercê das necessidades urbanas e

econômicas da atual sociedade.

Mas hoje, como esse espaço transformado em Parque Nacional, com preocupações de tantas instituições ligadas a sua preservação, ainda parece viver em uma situação instável com tantas ações que desfiguram seus contornos? Por que ainda não é considerada um patrimônio de seu próprio povo?

Ao final desse trabalho, minha hipótese se confirmou e posso afirmar que a exclusão da população em todo o processo que atingiu a patrimonizaliação do PHNG foi prejudicial para que um sentimento de pertencimento aflorasse em relação ao espaço. Não haveria como esse sentimento surgir se a percepção que esse povo tem é que eles são prejudiciais ao patrimônio.

A falta de ligação se intensifica com a falta de entendimento sobre o que significa esse espaço, qual é a sua história e o que ela simboliza para o País. Então, investir na educação patrimonial para a população que vive no interior e no entorno do Parque é o mais simples, imediato e lógico a ser feito.

Além disso, a identidade a ser criada em relação ao que representa esse patrimônio, não é mais importante para pessoas que não têm água encanada, recolhimento de lixo e a garantia que viverão em paz em suas casas sem se preocupar com um despejo. É necessário, então, apoiar essa população em seus itens mais básicos, é necessário torná-los cidadãos plenos.

Investimentos em recursos e construção de equipamentos podem vir e garantir um aspecto de monumento apto para o turismo, mas é naqueles que estão mais próximos e respirando o ar desse espaço que ganharemos a próxima batalha dos Guararapes: a batalha por sua preservação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iuri Cesário. **Parque Nacional Histórico dos Guararapes: contribuições para a (re)produção do espaço e da memória**. Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico Nacional: Rio de Janeiro, 2019.

AUGÉ, Marc – **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade – Coleção Travessia do Século Campinas-SP.1994

BAUER, Martin W; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENTO, Cláudio Moreira**. As Batalhas dos Guararapes:** descrição a análise militar. Porto Alegre: Gênesis, 2004.

BRULON, Bruno**, A invenção do ecomuseu**: o caso do écomusée du creusotmontceau-les-minesea prática da museologia experimental, 2006 Mana vol.21 no.2 Rio de Janeiro, 2015.

_____. **A experiência museológica:** Conceitos para uma fenomenologia do Museu. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 2 – 2012.

CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

DARÓZ, Carlos Roberto. **A guerra do açúcar**: as invasões holandesas no Brasil. Recife: editora UFPE, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federaldepreservaçãonoBrasil.2.Ed.RiodeJaneiro:EditoraUFRJ/Minc-Iphan,2005.

GALINDO, HULSMAN. Marcos, Lodewijk (org). **Guia de fontes para a história do Brasil holandês**: acervo de manuscritos em arquivos holandeses. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1043976/mss1043976.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Várias Histórias. Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul.dez./2006.

IPHAN; **Patrimônio Cultural.** Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218.
Acesso em 28 jun. 2021.

ISRAEL, Jonathan. **The Dutch Republic**. Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MAIRESSE, François e DESVALLÉES, André, **Conceitos-Chave**, Comitê Brasileiro

doConselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de EstadodaCultura,2013.

MELLO, Evaldo Cabral. **Nassau**. São Paulo: Companhia da letras, 2006.
____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

____. **Olinda Restaurada**: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

____. **Uma Nova Lusitânia** in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta: a experiência brasileira – Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999; pp. 71-101.

____. **O Negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerra em Guararapes**. São Paulo: Escrituras, 2017.

MELLO, José Antônio de. **Tempo dos Flamengos.** Recife: Massangana, 1947.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. 2009, Ouro Preto. Conferência Magna. Brasília: Iphan, 2012, p.25-39.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Leiden University Institute for History , Faculty of Humanities , Leiden University, 2011. Disponível em https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/18047. Acesso em 01 de mai. 2021

MONTENEGRO, Gisela Amado de Albuquerque. **A gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes: análise e preposições**. Dissertação de Mestrado em Gestão Pública. UFPE: Recife, 2014.

NETSCHER, P.M. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países- Baixos e do Brasil no século XVII. Disponível em https://bdor.sibi.ufrj.br. Acesso em 26 de jul. 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo. Dez 1993. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763. Acesso em 02 de jul. 2021.

REIGL,Alois.**O culto moderno dos monumentos**.1903.Editora Perspectiva: SãoPaulo, 2014.

SILVA,S.S.**A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento**:considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Revista Aurora, n.7,Jan/2011.

SIQUEIRA, Lucília Santos. **Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas**

metropolitanas: reflexões baseadas na formação de professores de História em Guarulhos (SP). Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 302-325 – 2019.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Museologia e interpretação da realidade: o discurso da História**. Disponível em: http://iims.userweb.mwn.de/icofom/provocativeterezaportuguese.pdf. Acesso em 01 dez. 2018.

SOUZA, Diego Beja. **Reconstruindo Cajueiro Seco**: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964). Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02082010-115837/publico/Reconstruindo_CS_DBIS.pdf. Acesso em 01 de jul. 2021.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **O "Mattam" do Brasil e as paisagens de Frans Post**. Revista Coletiva, jan/fev/mar 2012. Disponível em: http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/o-mattam-do-brasil-e-as-paisagens-de-frans-post/. Acesso em 03 de Jul. 2021.

____. **Topografias Imaginárias**: A Paisagem Política do Brasil Holandês em Frans Post, 1637-1669". Tese de Doutorado em Humanidades. Leiden: Universiteit Leiden, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANIRATO, Sílvia Helena. **Patrimônio e identidade**: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. Rev. CPC, v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018. Disponível em https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144623. Acesso em 01 de Jun. 2021.